

Política Cimeira dos chefes de Estado e de governo da CPLP em Bissau

Portugal contra inclusão da fome em Gaza em declaração da CPLP

Delegação no Conselho de Segurança Alimentar manteve-se “vigilante” para evitar referências políticas no texto final. Cimeira sem Marcelo, Lula e Lourenço

António Rodrigues

Tensão e incerteza marcaram, até à última da hora, a XV reunião da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que hoje se realiza em Bissau. Tensão e incerteza por causa da situação política guineense, com um Presidente da República que se mantém no cargo apesar de o seu mandato ter expirado no final de Fevereiro, depois de dissolver o Parlamento inconstitucionalmente e de ter assumido o controlo político indirecto do sector judicial.

A cimeira vai realmente acontecer na capital da Guiné-Bissau, assinalando a passagem da presidência rotativa da organização, de São Tomé e Príncipe para a Guiné-Bissau, e da mudança no cargo de secretário executivo, o timorense Zacarias da Costa, ao fim de dois mandatos de dois anos, que dá o seu lugar à angolana Fátima Jardim. No entanto, será um triunfo sem brilho para o Presidente guineense, Umaro Sissoco Embaló, já que estarão ausentes os seus homólogos dos países com mais peso na organização: Angola, Brasil e Portugal, que se fizeram representar pelos seus ministros dos Negócios Estrangeiros.

Sem Marcelo Rebelo de Sousa, Luiz Inácio Lula da Silva e João Lourenço, as fotos de família da CPLP em Bissau perdem brilho. Na semana passada, quando só Carlos Vila Nova, Presidente de São Tomé e Príncipe, e José Ramos-Horta, Presidente de Timor-Leste tinham confirmado a sua presença, Sissoco antecipava aos jornalistas a possibilidade de haver chefes de Estado ausentes de Bissau, tentando minimizar o impacto: “Digo-vos que não existe nenhuma cimeira do mundo em que todos os

chefes de Estado participam. Mas quem pode vir, vem, quem não puder, não vem.”

Os sinais de que esta cimeira – e as várias reuniões que anteciparam o encontro entre chefes de Estado e de Governo – não será como as outras foram surgindo de vários quadrantes. Subordinada ao tema *A CPLP e a Soberania Alimentar: Um Caminho para o Desenvolvimento Sustentável* estranhou aos presentes, nos dois dias (domingo e segunda-feira) da reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (Consan), que Portugal tenha estado representado pelo embaixador na Guiné-Bissau e não por uma delegação enviada por Lisboa. Ainda que o facto não tenha reduzido a capacidade de intervenção portuguesa na elaboração do documento final da reunião: a Declaração de Bissau, que será aprovada pelos chefes de Estado e de Governo da organização na cimeira de hoje.

Antes pelo contrário, a delegação portuguesa chefiada por Miguel Cruz Silvestre esteve sempre “vigilante”, conta ao PÚBLICO o sociólogo guineense Miguel de Barros, que participou na reunião como membro do mecanismo da sociedade civil da Guiné-Bissau. Controlando ao máximo a letra do texto, opondo-se à introdução de afirmações políticas, “Portugal foi uma pedra na engrenagem”.

Fome palestina

Dentre as propostas apresentadas para incluir no texto da Declaração de Bissau desapareceu a inclusão de uma referência à insegurança alimentar dos palestinianos da Faixa de Gaza, um assunto que muito tinha a ver com as questões ali debatidas e com o tema da conferência, a ideia da soberania alimentar. O sofrimento a que está a ser submetida a população palestiniana em Gaza, nomea-



Mobilidade: “Espero que envergonhe o ministro”

O Governo decidiu rever a lei de estrangeiros e deixar de permitir que cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham livre mobilidade em Portugal, não permitindo que cidadãos que entram no país como turistas (com ou sem visto) possam pedir autorização de residência em Portugal.

“Aquiilo que tinha sido o principal grande avanço da CPLP, a ideia da mobilidade dentro do espaço da CPLP, fica muito obstaculizado com esta revisão da lei em Portugal”, afirma a investigadora Ana Lúcia Sá, do Centro de Estudos Internacionais do Iscte. “Espero, de facto, que de alguma forma envergonhe o ministro dos Negócios Estrangeiros e a posição de Portugal, que está a usar esta lei para uma capitalização interna.”

As propostas de alterações às leis de estrangeiros (aprovada nesta semana) e da nacionalidade (cuja discussão

foi adiada para Setembro) são um nítido “pisar de olho à extrema-direita”, que “põe em causa não só compromissos assumidos com outros países, ao longo da história, como compromissos assumidos pelos direitos humanos”, diz.

Odair Barros-Varela, professor de Relações Internacionais da Universidade de Cabo Verde, considera que esta medida “prejudica a dinâmica de cooperação” dentro da CPLP e vai contra “os anseios dos grupos sociais, políticos e culturais e da classe empresarial, que realmente necessitam da mobilidade”.

Além disso, “corre-se o risco de haver retaliações”, de outros países dificultarem a entrada de cidadãos portugueses. “Países com algum poder a esse nível, como Angola e Moçambique, podem prejudicar gravemente, não diria os interesses, mas os investimentos feitos não só pelo empresariado português, mas também por outros países.”

damente as suas crianças, pelo bloqueio de Israel à ajuda humanitária, casava com a ideia do acesso à alimentação como um direito humano que se defendia em Bissau.

A proposta, apresentada pelo mecanismo da sociedade civil, condenava todas as formas de violência que punham em causa o direito humano à alimentação, com referência directa à situação na Faixa de Gaza, em particular, das crianças palestinianas.

Só que a delegação portuguesa fez fina-pé e a Palestina não passou do rascunho, ao invés, figura no texto uma referência mais genérica à questão: “O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, plataforma ministerial e multiactores para a coordenação das acções desenvolvidas na área de segurança alimentar e nutricional e assessoria aos chefes de Estado e de Governo da CPLP (...) condena a instrumentalização da fome como método de combate em contextos de conflito e expressa a necessidade de acesso ininterrupto, sustentável, suficiente e irrestrito a bens e serviços essenciais para os civis em quaisquer áreas em conflito, incluindo, mas não se limitando a alimentos, água, material médico e energia.”

ID: 118244197

18-07-2025

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA



O embaixador Miguel Cruz Silvestre com o ministro Paulo Rangel, em Bissau

O conceito de soberania alimentar, que é o tema da cimeira e figura no texto final da declaração, também chegou a merecer ressalvas do embaixador português. “No início, havia alguma dificuldade em aceitar o conceito”, conta Miguel de Barros. Portugal “defendia” mais a ideia de segurança alimentar do que a de soberania alimentar.

Este ponto acabou, no entanto, por passar. “Na narrativa, metemos lá a questão da solidariedade, seguida da comunidade entre os povos” e acabou por ser aceite. Fala o texto dos “princípios do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar dos Estados-membros e dos povos”. Algo que também é aplicável a Gaza e aos palestinianos, embora sem alusão directa aos mesmos.

Outras duas questões políticas que estiveram em cima da mesa para serem incluídas na declaração final da Consan também ficaram pelo caminho. Em primeiro, a referência à situação política na Guiné-Bissau, que realiza esta cimeira e vai presidir

à CPLP nos próximos dois anos com um chefe de Estado que prolongou artificialmente o seu mandato, que terminava a 27 de Fevereiro, como dita a Constituição, e não se sabe até quando se irá manter no cargo.

A segunda questão prendia-se com o tema da violação de direitos humanos, liberdades e garantias na Guiné Equatorial, país que tem sido uma pedra no sapato da credibilidade da organização desde que a sua candidatura a Estado-membro foi aprovada.

“CPLP cala”

Mais uma vez, Estados e sociedade civil estiveram em desacordo sobre a inclusão de referência à situação política nas duas guinés, apesar de os seus governos agirem de forma pouco consentânea com os princípios orientadores dos Estatutos da CPLP, nomeadamente a alínea e) do n.º 1, do artigo 5.º, que fala dos princípios pelos quais é regida a CPLP: “Primado da paz, da democracia, do Estado de direito, da boa governação, dos direitos humanos e da justiça social.”

Segundo Miguel de Barros, “Timor defendeu uma posição mais conciliatória em termos de encontrar mediação; Portugal achou que isso deveria passar para a cimeira dos ministros dos Negócios Estrangeiros porque nós não tínhamos as prerrogativas para trazeremos a dimensão política da questão para cima da mesa.”

A reunião do Consan junta membros do Estado, da sociedade civil, do mundo académico e do sector privado, uma mistura heterodoxa que trouxe temas incómodos para a discussão, propostas para dar um condão mais político à declaração final. No entanto, “a parte do Estado estava irredutível a tudo aquilo que pudesse ser interpretado como pressão política a um determinado Estado”, afirma Miguel de Barros.

O PÚBLICO tentou agendar uma conversa telefónica com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, ainda em Lisboa ou já depois em Bissau, mas a assessoria informou-nos que tal seria impossível devido à agenda preenchida do governante.

“Neste momento a Guiné-Bissau irá assumir a presidência rotativa da CPLP quando está em situação inconstitucional desde Dezembro de 2023, e a CPLP cala”, diz a investigadora Ana Lúcia Sá. “E o silêncio deriva do facto de tanto o Brasil como Portugal, Moçambique e Angola não se oporem a que a presidência da CPLP seja entregue a Sissoco”, acrescenta Odair Barros-Varela, professor de Relações Internacionais na Universidade de Cabo Verde. Mesmo quando aquilo a que assistimos é a “captura do Estado” guineense por “um grupo liderado pelo Embaló, que ignora completamente as leis do país”.

Secretário executivo da CPLP

Governo português está só a adaptar-se à conjuntura ao recuar na mobilidade

Entrevista

António Rodrigues

Zacarias da Costa “Portugal saberá honrar acordo” de mobilidade assim que tenha condições, diz secretário executivo da CPLP

Depois de dois mandatos como secretário executivo, o timorense Zacarias da Costa passa hoje a chefiar do principal órgão executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) à angolana Fátima Jardim. **Quais foram os momentos mais altos dos seus mandatos?** O balanço é positivo. Sempre tivemos apoio e boa articulação com os Estados-membros, o que permitiu avançar em muitas frentes. Numa perspectiva institucional, foi possível implementar a reestruturação do Secretariado Executivo, ficando agora mais clarificadas as funções e competências. O reforço institucional do Secretariado Executivo, aspecto que procurei priorizar, exige a especialização da nossa acção, a que acresce a demanda dos Estados-membros, as solicitações dos nossos parceiros internacionais e as inúmeras possibilidades de trabalho que se abrem com a sociedade civil – e que importa concretizar para construirmos uma CPLP mais visível para os cidadãos e mais próxima das sociedades dos nossos países. Este reforço institucional deverá ser acompanhado pelo reforço do orçamento de funcionamento.

O que gostaria de ter feito?

O maior desafio enfrentado, em linhas gerais, foi aproximar mais a CPLP dos cidadãos dos Estados-membros, assumindo-se como uma comunidade de povos, e não somente de governos ou Estados. Muitos cidadãos exigem mais, e nem sempre é possível corresponder às expectativas existentes e desejadas. Sem o reforço do financiamento da cooperação, a CPLP não conseguirá corresponder às expectativas que legitimamente se colocam a esta comunidade.

Em matéria de disseminação do português, creio que poderíamos ter apostado mais fortemente em colmatar algumas dificuldades em Timor-Leste, na Guiné-Bissau e na

Guiné Equatorial, através da cooperação, estabelecendo acções e metas mais concretas.

Esta semana, ao chegar a Bissau, classificou as suas declarações do ano passado sobre a Guiné-Bissau como “infelizes”, por ter revelado publicamente “alguma preocupação” com o desenvolvimento político no país. Quando afirma que foi infeliz no seu comentário é porque não há razão para preocupações?

A Guiné-Bissau é um membro fundador e muito valioso da nossa comunidade, e a nossa missão é contribuir para o fortalecimento dos laços de confiança e de colaboração entre os países que partilham a língua portuguesa, tendo em consideração os ritmos e as dinâmicas próprias de cada Estado-membro. O papel do secretário executivo é o de garantir que a CPLP continue a ser um espaço de diálogo, concertação política, coesão e apoio mútuo.

O Presidente de Moçambique defendeu nesta semana, na abertura da Assembleia Parlamentar da CPLP, “o ideal da cidadania partilhada” na comunidade, e que devia ser “uma missão estratégica” construir e consolidar uma “cidadania lusófona, fundada na mobilidade”. Mobilidade que continua a ser adiada.

A mobilidade é um processo e, ao mesmo tempo, um tema complexo. O Acordo sobre a Mobilidade da CPLP é a resposta dos Estados-membros a um dos desígnios fundadores da nossa organização internacional e que é

caro a muitos dos nossos cidadãos, é a possibilidade de os cidadãos se movimentarem ou estabelecerem residência noutro Estado-membro. Seja para estudar, para trabalhar, em negócios, em turismo, ou apenas para visitar familiares.

Para além do enquadramento no Acordo de Mobilidade, assinado em 2021 e ratificado em menos de um ano por todos os Estados-membros, muitas outras dimensões concorrem para a consolidação desta matéria. Estamos a trabalhar, por exemplo, na segurança documental e também enviamos esforços no sentido da conclusão dos procedimentos internos de ratificação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP e a respectiva entrada em vigor.

Este importante instrumento promoverá a ampliação da cobertura de protecção social para garantir a portabilidade de direitos sociais para cidadãos que se estabeleçam em diferentes países da CPLP e representa um marco relevante para a construção de uma cidadania entre os nossos povos, trazendo no futuro benefícios reais e palpáveis aos cidadãos e fortalecendo o sentimento de pertença a um espaço comum. **Quando o Governo português anuncia que Portugal vai ter regras mais apertadas para a obtenção do título de residência e que os cidadãos da CPLP não podem entrar com vistos de turista no país e depois procurar trabalho, não estamos perante um retrocesso nessa mobilidade?**

A mobilidade na CPLP é uma realidade dinâmica e multifacetada. O próprio Acordo de Mobilidade foi construído com esta premissa, para permitir adaptações às diferentes realidades e exigências dos Estados-membros, em cada momento. Neste contexto, e embora se perceba porque esta matéria gera tanta atenção nos *media*, as adaptações às conjunturas nacionais são mudanças expectáveis e, digamos, normais. Haverá mobilidade quando existirem condições para tal, cabe aos Estados-membros, no quadro do acordo, perceber em que moldes a mobilidade é vantajosa. Temos um acordo que está ratificado por todos os Estados-membros e, naturalmente, Portugal saberá honrar o acordo.



Zacarias da Costa foi ministro dos Negócios Estrangeiros

Portugal risca fome em Gaza de declaração da CPLP

Cimeira na Guiné-Bissau debate soberania alimentar sem referência directa à Palestina. Portugal foi contra **Política, 8/9**
